

PODER

Senadores e MRE afinam a estratégia para os EUA

Comitivas atuarão em duas frentes contra a megataxação imposta por Trump

» RAFAELA GONÇALVES
» ISRAEL MEDEIROS
» RAPHAELA PEIXOTO

Grupo de oito senadores que viaja, na próxima semana, aos Estados Unidos para tratar das tarifas de 50% impostas a produtos brasileiros pelo governo de Donald Trump, se reuniu ontem com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para alinhar estratégias. Durante o encontro, os dois lados decidiram que a missão parlamentar buscará abrir canais de diálogo com autoridades e empresários norte-americanos, por meio da apresentação dos impactos da medida sobre a economia brasileira. Esperam, assim, alcançar condições comerciais mais equilibradas.

A reunião contou com a participação do chanceler Mauro Vieira e da embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, Maria Luiza Viotti. Também estiveram presentes diplomatas e representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), entre eles a secretária de Comércio Exterior, Tatiane Prazeres.

A comitiva deverá se reunir com parlamentares norte-americanos em Washington entre 29 e 31 de julho, em uma tentativa de ampliar o diálogo e buscar apoio contra as tarifas anunciadas pelo governo Trump, que a princípio entram em vigor em 1º de agosto. Conforme as diretrizes acordadas com o MRE, a missão parlamentar terá caráter exclusivamente institucional, voltado ao diálogo e ao fortalecimento das relações bilaterais, sem envolvimento direto em negociações formais com a Casa Branca.

O grupo não participa das tratativas oficiais, mas buscará abrir canais de interlocução com congressistas e empresários norte-americanos, contribuindo para ampliar o espaço político e diplomático entre os dois países. A comitiva será liderada pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e reunirá parlamentares ligados ao agronegócio, além de representantes da base governista e da oposição, em uma articulação suprapartidária. Segundo Trad, a agenda técnica será concluída até o final desta semana.

"Vamos nos reunir com empresários americanos que têm negócios com o Brasil, empresários brasileiros que têm negócios nos EUA e parlamentares americanos", adiantou.

Dos oito senadores que integram a comissão temporária criada para dialogar sobre as tarifas, quatro ocupam vagas titulares na comitiva. Além de Nelsinho Trad, estão confirmados como titulares Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado; Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura do governo de Jair Bolsonaro; e Fernando Farias (MDB-AL). Completam a delegação, na condição de suplentes, os

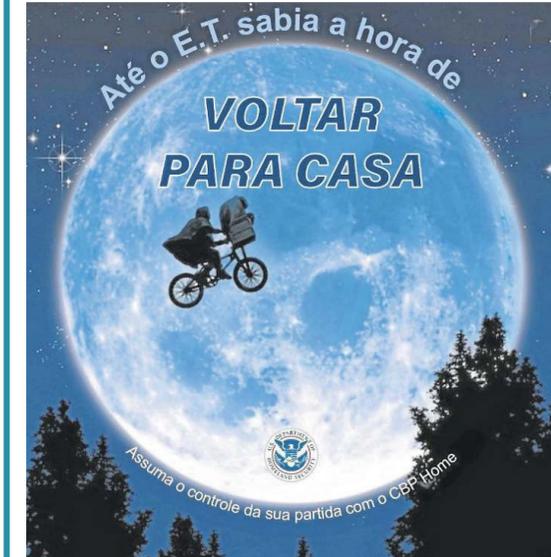
Edilson Rodrigues/Agência Senado



Chanceler Mauro Vieira e senador Nelsinho Trad (ao fundo) liderarão as iniciativas brasileiras em Washington

Embaixada dá aviso "engraçadinho" aos imigrantes ilegais

Reprodução/Instagram da Embaixada dos EUA



senadores Marcos Pontes (PL-SP), ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Bolsonaro; Esperidião Amin (PP-SC), Rogério Carvalho (PT-SE) e Carlos Viana (Podemos-MG).

Isolamento

Depois do encontro, Carlos Viana explicou que o Brasil atravessa um momento de "isolamento diplomático" junto aos EUA. Segundo o senador, a missão é estabelecer contato com parlamentares norte-americanos, abrir diálogo e buscar alternativas viáveis, com foco principal no adiamento do tarifaço.

"Ficou muito claro durante a reunião que, apesar dos esforços do Itamaraty para promover o diálogo e buscar um possível acordo com o governo americano, não há reciprocidade por parte da Casa Branca.

Eles não têm respondido à diplomacia brasileira. Estamos, no jargão diplomático, isolados", explicou.

A viagem dos senadores é a primeira medida prática tomada pelo Congresso depois do anúncio do tarifaço de Trump contra produtos brasileiros exportados para os EUA. Na semana passada, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniram com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), responsável pelo grupo de trabalho criado pelo governo para mensurar danos e encontrar alternativas junto a empresários brasileiros.

Tanto Motta quanto Alcolumbre disseram estar à disposição do governo para encontrar uma saída ao tarifaço por meio do diálogo. Não anunciaram, no entanto, nenhuma medida objetiva. Antes do anúncio das sanções, o Congresso já havia aprovado a

A Embaixada dos Estados Unidos mandou um recado "engraçadinho" aos imigrantes que estão irregularmente em território norte-americano para avisá-los de que serão deportados em caso de insistência em permanecerem ilegalmente. O card foi publicado no Instagram da representação no Brasil e vem acompanhado do seguinte texto: "Se você está nos EUA ilegalmente, faça como o E.T.: é hora de ligar para casa. Use o aplicativo CBP Home e vá embora agora, com apoio e dignidade. Você receberá assistência para a viagem e uma ajuda de custo para retornar ao seu país de origem". Desde que chegou à Casa Branca, o presidente Donald Trump deu sinal verde para uma campanha de perseguição aos imigrantes — muitos até mesmo em situação legal foram detidos e obrigados a deixar anos de vida para trás. Até mesmo famílias foram divididas pelas ações dos órgãos de imigração.

Lei de Reciprocidade Econômica, que dá ao governo brasileiro condições de retaliar quem impuser ao Brasil medidas unilaterais que prejudiquem a economia do país. É essa lei que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende usar se as tentativas de dialogar falharem e as tarifas de Trump forem colocadas em prática, no início de agosto.

Da oposição, já há quem fale em ir também aos EUA para tentar negociar uma saída. Nomes do PL disseram ao **Correio**, nos últimos dias, que embora haja identificação com os posicionamentos políticos de Trump, entendem que o tarifaço é ruim para a economia brasileira. Ontem, o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), disse em um evento no Rio Grande do Sul que há uma organização para uma viagem aos EUA tratar do assunto.

Plano de contingência perto da conclusão

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o plano de contingência elaborado pelo governo para enfrentar o tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre o Brasil está em fase final de elaboração. Conforme disse ontem, a proposta está sendo construída de forma conjunta com os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e deve ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana.

Haddad explicou que o documento ainda passará por análise do vice-chanceler Geraldo Alckmin, do chanceler Mauro Vieira e do ministro da Casa Civil Rui Costa

para, só depois, seguir para a análise de Lula. "Não é prudente antecipar nada agora", afirmou, acrescentando que hoje é que terá acesso ao documento final.

"Na verdade, o pessoal terminou a área técnica. Vão me apresentar os detalhes. Provavelmente semana que vem nós devemos levar para o presidente, que amanhã (hoje) eu não sei se vai estar fora. Deve marcar uma reunião para apresentarmos os cenários possíveis", acrescentou.

O ministro explicou que a decisão final caberá a Lula, que também ouvirá o Itamaraty sobre os esforços diplomáticos junto ao governo norte-americano. Ele enfatizou que há dificuldade em estabelecer contatos diretos com

representantes da administração americana. "Ele [o presidente Lula] vai ouvir o Itamaraty, vai ouvir como é que andam os contatos lá com a nossa contraparte. Estamos fazendo tentativas de contato. Mas há uma concentração de informações na própria Casa Branca", comentou.

Contatos técnicos

Ele disse, ainda, que os contatos têm ocorrido apenas com técnicos do Tesouro norte-americano, sem envolvimento direto de secretários de Estado. Questionado se o governo pretende anunciar algo antes de 1º de janeiro, Haddad respondeu que isso dependerá do Palácio do Planalto. E afastou a ideia de que

há uma "escalada da crise política" na relação com os EUA. Segundo ele, o Brasil está apenas fazendo seu trabalho institucional.

O ministro também comentou as iniciativas adotadas por alguns governadores — como Ronaldo Caiado (GO), Jerônimo Rodrigues (BA) e Tarcísio Gomes de Freitas (SP) —, que anunciaram medidas de apoio aos setores afetados pelo aumento tarifário. Haddad considerou os esforços válidos, mas limitados diante da magnitude do problema. "Toda ajuda é bem-vinda. É bom saber que os governadores estão mobilizados e percebendo que o problema é do Brasil, é um problema do Estado brasileiro. É bom notar que eles estão mudando de posição. Isso é importante", disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson freire



Brasil aposta no multilateralismo contra as "tarifas arbitrárias"

Menos alegoria de mão e mais samba no pé. É isso que o Brasil precisa fazer para enfrentar a crise diplomática e comercial com os Estados Unidos. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob o comando do chanceler Mauro Vieira, acerta ao apostar no multilateralismo como linha de resistência às tarifas arbitrárias impostas por Donald Trump. Não será suficiente para conter a pressão de Washington e proteger a soberania nacional, mas é importante externamente, porque mobiliza uma ampla coalizão de países prejudicados pelo tarifaço. E internamente, porque em torno de uma saída diplomática, em vez da escalada do confronto, há amplo consenso político nacional.

Na reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, o embaixador Philip Gough, representante do Brasil, foi direto ao ponto: tarifas unilaterais, "implementadas de forma caótica", violam princípios básicos do comércio internacional e ameaçam lançar a economia mundial em uma espiral de estagnação e preços altos. Recebeu apoio de 40 países, incluindo União Europeia (UE), Canadá e parceiros dos Brics. A OMC, paralisada em seu sistema de solução de controvérsias, pouco pode fazer na prática, mas ainda é a guardiã da institucionalidade das relações comerciais entre seus membros.

Sim, o Brasil reafirmou que prefere diálogo. A retaliação é medida extrema cujas consequências são imprevisíveis, mas que podem se tornar necessárias para a soberania nacional. O "tarifaço" de 50%, previsto para entrar em vigor em 1º de agosto, dificilmente será suspenso de imediato. Trump usa tarifas não apenas como instrumento econômico, mas como arma política. Ao defender Jair Bolsonaro e atacar o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente norte-americano transformou sua superavitária balança comercial com o Brasil em campo de batalha ideológico.

No pior cenário, Trump pode dobrar a aposta, ampliando sanções unilaterais, caso o julgamento do ex-presidente brasileiro avance. O governo Lula precisa adotar medidas de contingenciamento, com objetivo de redirecionar parte das exportações, absorver no mercado interno o que for possível e cuidar da manutenção dos empregos e da sobrevivência das empresas mais prejudicadas.

Desde que voltou à Casa Branca, Trump tem recorrido a tarifas como instrumento de chantagem, aplicando-as também contra Canadá, México e Japão. No caso brasileiro, porém, a interferência tem conotação política mais grave. A chantagem tarifária busca influenciar processos judiciais internos e fragilizar instituições democráticas. É uma tática de guerra híbrida: antes, os EUA usavam tanques e telegramas secretos; agora, pressionam com sanções econômicas e narrativas digitais.

Manobra de sobrevivência

Essa ingerência não é novidade na história brasileira. O chamado "americanismo", desde a República Velha, foi um vetor de modernização pelo alto, associado ao fordismo e ao liberalismo econômico, em contraposição ao nosso "iberismo" patrimonialista. Durante décadas, foi sinônimo de eficiência produtiva e progresso social. Sua influência se estende aos padrões de consumo, de comportamento e à cultura popular. Hoje, sob Trump, assume uma forma perversa, uma espécie de "americanismo do mal", que reforça o autoritarismo e alimenta aventuras golpistas.

A existência de setores políticos e empresariais que se associam ao intervencionismo norte-americano também não é novidade. O paralelo com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e com o golpe militar de 1964 é inevitável. Na carta-testamento, Vargas denunciou a espoliação estrangeira e sacrificou a própria vida para impedir a ruptura institucional. Dez anos depois, o golpe aconteceu, com apoio direto de Washington, associado a políticos conservadores como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e à cúpula militar, o que resultou em 21 anos de ditadura militar.

Hoje, a ameaça não vem dos quartéis — pelo contrário, o Alto Comando das Forças Armadas se opôs à tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, cujos envolvidos estão sendo julgados, junto com Bolsonaro. O perigo é sistema articulado de pressão econômica e política, que se vale das redes sociais e da desinformação.

O Brasil precisa muito da sua diplomacia para traçar uma rota segura de saída dessa crise. Não haverá solução fácil. É preciso diversificar parcerias, reforçar laços com a UE, o mundo árabe e os países asiáticos, com destaque para China, Índia e Indonésia. A aposta no multilateralismo permanece válida, é o que há de mais permanente na política mundial, apesar dos ataques que hoje sofre. Diante dos fatos, é preciso reduzir a dependência econômica em relação aos EUA e reafirmar o país como ator relevante do Sul Global. Não por acaso, o Brasil aderiu à ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça.

Não nos enganemos. A altivez é sinônimo de soberania, não a soberba. Não é isenta de riscos e contestação interna, a exemplo do posicionamento da Confederação Israelita do Brasil, que acusou o governo de abandonar a tradição de equilíbrio diplomático e de adotar "falsas narrativas" sobre Gaza, onde os fatos são autoexplicativos. No comércio exterior, setores como o agronegócio — especialmente café, suco de laranja e proteínas animais — temem retaliações americanas que podem afetar bilhões de dólares em exportações.

Retaliar com a Lei da Reciprocidade Econômica não é boa opção. A saída será a negociação paciente e resiliente, sem covardia. Soberania não é moeda de troca. Proteger a democracia brasileira passa por reafirmar a soberania e desarmar, com diplomacia e articulação internacional, as bombas-relógio deixadas por Trump. Multilateralismo, neste momento, não é ingenuidade: é estratégia de sobrevivência.